



CRIME ORGANIZADO

Parentes de chefe do CV fogem para evitar prisão

Alvos da operação eram o rapper Oruam, a mãe e o irmão — todos ligados ao traficante Marcinho VP. Os três integrariam um esquema de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, e seriam ponte da facção entre quem está detido e os que estão soltos

» CAETANO YAMAMOTO*

A Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro tentou prender, ontem, Mauro Davi dos Santos Nepomuceno — o rapper Oruam —; a mãe, Márcia Gama; e o irmão, Lucca Nepomuceno, por movimentação e lavagem de dinheiro do Comando Vermelho. Os três são parentes de Márcio dos Santos Nepomuceno, o Marcinho VP, um dos chefes da facção, alvo de um mandado de prisão preventiva por seguir gerenciando o CV de dentro do presídio.

Oruam, Márcia e Lucca são considerados foragidos da Justiça. Segundo a Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE), que esteve à frente da operação, o objetivo era desarticular o braço financeiro da facção, responsável pela movimentação e ocultação de dinheiro do tráfico de drogas.

As investigações trouxeram à tona um sistema estruturado de recebimento, pulverização e reinserção de valores ilícitos na economia formal. Os dinheiro era repassado por chefes do CV a operadores financeiros, que redividiam os valores por meio de contas de terceiros e os usavam para pagar despesas, adquirir bens e ocultar patrimônio.

Também foram identificadas movimentações financeiras incompatíveis com a renda declarada de Oruam, Márcia e Lucca, o que, segundo a investigação, evidenciaria a origem ilícita dos recursos. A apuração apontou, ainda, uma atuação coordenada para dificultar o rastreamento do dinheiro.

As investigações seguem em andamento para identificar outros envolvidos, possíveis empresas utilizadas na lavagem de dinheiro e beneficiários indiretos dos recursos ilícitos. A ação faz parte da Operação Contenção, que tenta conter o avanço territorial da facção. Além dos mandados de prisão — o único detido foi Carlos Alexandre Martins da Silva, que, de acordo com os

agentes, seria o operador financeiro da mãe de Oruam —, os agentes cumpriram buscas e apreensões em endereços em Jacarepaguá e na Barra da Tijuca, na Zona Sudoeste do Rio.

Dando as cartas

Segundo as apurações, um diálogo interceptado entre Carlos Costa Neves — o Gardenal, um dos chefes do CV — e um miliciano, mostra que Marcinho VP é quem dá as cartas dentro da facção. O traficante tem 54 anos e está preso desde os 26.

Marcinho VP está preso no sistema carcerário federal. Em outubro de 2023, quando ainda estava no Presídio Federal de Catanduvas (PR), teria dado ordens para a troca de comando da facção no Rio, o que é negado pela defesa do traficante.

Ele acumula penas de mais de 60 anos de prisão, uma delas por ter ordenado, de dentro do presídio Bangu 1, a morte e o esquarteramento de dois traficantes de uma facção rival. Também foi investigado pela suspeita de mandar matar o traficante Márcio Amaro de Oliveira, conhecido também como Marcinho VP e então chefe do tráfico do morro Dona Marta, na Zona Sul carioca.

Já Oruam, de 26 anos, está foragido desde fevereiro, quando teve um mandado de prisão preventiva expedido contra ele e não foi encontrado — o Superior Tribunal de Justiça (STJ) revogou a liminar que o mantinha em liberdade. Ao analisar o caso, o ministro Joel Ilan Paciornik apontou descumprimento reiterado das medidas cautelares impostas ao cantor, especialmente em relação ao uso da tornozeleira eletrônica.

No caso de Márcia Gama, ela está foragida desde março e é considerada um dos principais elos de comunicação da facção entre o sistema prisional e os integrantes que estão fora dos presídios.

Reproduções/Redes sociais



Oruam está foragido desde que o STJ suspendeu a liminar que o mantinha em liberdade



Márcia: recados da prisão para o lado de fora



Lucca também atuaria na lavagem de dinheiro

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Cadastro reúne dados de agressores

» RAFAELA BOMFIM*

O Senado aprovou o projeto de lei que institui o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher, criando uma base integrada de informações sobre autores de crimes com decisão judicial definitiva. A proposta segue agora para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A iniciativa prevê a organização de um banco de dados com registros de condenações por delitos como feminicídio, estupro, assédio, lesão corporal, perseguição e violência psicológica. O objetivo é permitir que órgãos de segurança pública tenham acesso centralizado às informações, facilitando o monitoramento e a atuação em todo o território nacional.

A gestão do sistema ficará sob responsabilidade da União, com compartilhamento entre autoridades federais, estaduais e do Distrito Federal. A medida busca reduzir falhas na comunicação entre instituições e impedir que condenados

mudem de localidade para evitar identificação ou reincidência.

O cadastro poderá conter dados como nome completo, documentos pessoais, filiação, fotografia, impressões digitais, endereço e descrição do crime. O texto estabelece a preservação da identidade da vítima, com restrição de acesso a informações sensíveis, garantindo proteção durante e após o processo judicial.

A proposta foi apresentada pela deputada Silvyne Alves (União-GO) e analisada pelas comissões de Direitos Humanos e de Constituição e Justiça antes da aprovação em plenário. A relatoria na Comissão de Direitos Humanos ficou a cargo da hoje ex-senadora Augusta Brito, que destacou a importância da medida diante do aumento de registros de violência.

O texto determina que apenas pessoas com condenação transitada em julgado, quando não há possibilidade de recurso, serão incluídas na base. A permanência das informações seguirá até o cumprimento da pena ou por até três anos, nos casos em que o tempo de punição for inferior a esse período. A centralização dos dados pretende fortalecer políticas voltadas à proteção das mulheres.

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi

INVESTIGAÇÃO

Bilhete denunciou bagagem irregular

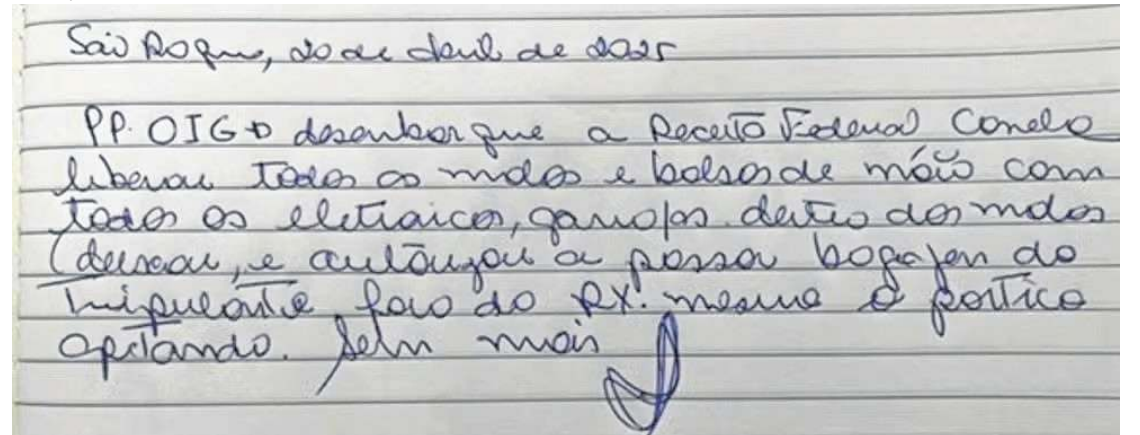
» RENATO SOUZA

Um bilhete anotado no livro de ocorrências do Aeroporto São Roque (SP) registra a liberação sem passagem pelo raio X de malas do voo que transportava o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e o senador Ciro Nogueira (PP-PI), em abril do ano passado. As anotações foram feitas por um integrante do corpo de Agentes de Proteção de Aviação Civil (Apacs), responsáveis pela segurança aeroportuária. O registro manuscrito está entre os documentos obtidos pela Polícia Federal (PF) e foi incluído no inquérito que apura o caso.

Motta, Ciro e os deputados Professor Luizinho (PP-RJ) e Isnaldo Bulhões (MDB-AL) pegaram carona num voo procedente de Saint Martin, para São Paulo. Eles vieram no jato do empresário Fernando Oliveira Lima, o Fernandim OIG, que atua com apostas on-line, inclusive com o chamado “jogo do tigrinho”. Ele foi investigado pela CPI das Bets no Senado.

O funcionário da Apacs registrou que o auditor-fiscal da Receita Federal Marco Antônio Canella liberou malas e bolsas sem

Reprodução



No bilhete, agente denuncia claramente a facilitação por parte do auditor da Receita Federal

fiscalização durante o desembarque dos passageiros. Uma câmera de segurança da aduana flagra o piloto do jato, José Jorge de Oliveira Junior, passando sete volumes por fora do pórtico do raio X. A investigação ocorre sob sigilo na corporação e apura se existem irregularidades ligadas a entrada das malas sem fiscalização no país.

O bilhete afirma que o auditor “liberou todas as malas e bolsas de mão com todos os eletrônicos, garrafas dentro das malas” e “autorizou a passar bagagens do

tripulante fora do raio X”. “São Roque, 10 de abril de 2025. PP-OIG — Desembarque que a Receita Federal Canella liberou todas as malas e bolsas de mão com todos os eletrônicos, garrafas dentro das malas e autorizou a passar bagagem do tripulante fora do raio X! Mesmo o pórtico apitando. Sem mais”, descreve o texto do bilhete.

A investigação sobre o caso foi enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF) por envolver pessoas com prerrogativa de foro. O ministro Alexandre de Moraes, sorteado

relator do caso, abriu prazo para manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR). A PF avalia se houve facilitação irregular na liberação das bagagens, que teriam ingressado no país sem o procedimento padrão de inspeção alfandegária.

Em nota, Hugo Motta confirmou presença no voo e afirmou que, ao desembarcar, “cumpru todos os protocolos e determinações estabelecidas na legislação aduaneira”. Ciro, Luizinho e Isnaldo não se manifestaram sobre o episódio.